

DISCURSOS QUE DESTOAM: RELAÇÕES DE PODER E RESISTÊNCIA NA LITERATURA FEMININA NEGRA

Danilo Pereira Santos¹

Caio César Silva Rocha²

Resumo

Os séculos XIX e XX são interessantes momentos de evidenciação da situação da mulher na sociedade brasileira e, conseqüentemente, do início das reivindicações pelas feministas por reconhecimento social e garantia de acesso a espaços até então reservados aos homens. Contudo, outras vozes engajadas nessa mesma luta sofreram e ainda sofrem o emudecimento de seus discursos, outorgados ao poder de uma sociedade preconceituosa e falocêntrica. A mulher negra, reconhecendo as relações de poder que determinam esse silenciamento, decide ela própria assenhorear-se da pena e inscrever-se na história, como sujeito capaz de pensar suas vivências e suas ações. Esse texto destina-se a investigar as relações de poder que tentam influenciar o modo como a literatura feminina de expressão negra é entendida/concebida e como as mulheres/escritoras negras têm combatido tais concepções.

Palavras-chave: Feminismo. Relações de Poder. Literatura Feminina Negra.

Abstract

The nineteenth and twentieth centuries are interesting moments of disclosure of the situation of women in Brazilian society and hence the beginning of claims by feminists for social recognition and guarantee of access to areas hitherto reserved to men. However, other voices engaged in the same struggle suffered and still suffer the silencing of his speeches, bestowed the power of a prejudiced and phallogocentric society. The black woman, recognizing the power relations that determine this silencing and decides to lord it over the pen and sign up on the story, as an individual capable of thinking about her experiences and actions. This text is intended to investigate the relations of power that attempt to influence how the expression of black women's literature is perceived / conceived and how women / black women writers have countered such views.

Keywords: Feminism. Power Relations. Black Women's Literature.

¹ Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *Campus* de Jequié. Professor de Língua Portuguesa com Lotação na Secretaria Municipal de Educação de Jequié-Ba. Pesquisador voluntário do grupo de pesquisa *Geofilosofia ou a Potência da Terra: a Terceira Margem do Pensamento*, coordenado pela professora Dr. Zamara Araújo. Membro do *Grupo de Debatedores da UESB: Diálogos e Duelos por uma Universidade Livre*. E-mail: danpereirasan@gmail.com

² Graduando em Licenciatura em Teatro pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *Campus* Jequié. Pesquisador voluntário no *GAP-Motus – Grupo de Ações Performativas Motus*, coordenado pelo professor Msc. Aroldo Fernandes e o Grupo *Geofilosofia ou a Potência da Terra: a Terceira Margem do Pensamento*, coordenado pela professora Dr. Zamara Araújo. Bolsista PIBID/CAPES pelo Subprojeto *Saberes Docentes na EJA: Tempos de Vida, de Teatro e de Literatura*, coordenado pela professora Msc. Carla Meira Pires de Carvalho. Coordenador do Grupo de Extensão *Grupo de Debatedores da UESB: Diálogos e Duelos por uma Universidade Livre*. Pesquisador voluntário IC (iniciação à pesquisa) orientado pela professora Dr. Zamara Araújo. E-mail: caioroitman@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Ser mulher não é uma pura constatação de um estado de fato, mas a afirmação de uma vontade de ser” (TOURAINÉ, 2007, p. 27). É com esta afirmação que começamos a pensar a rede de relações de poder em que está inserida a mulher negra na sociedade brasileira e como isso se reflete na produção literária nacional.

Adentrar o campo das conceptualizações é tão arriscado quanto ignorar que cada coisa no mundo se constrói a partir das relações que mantêm com outras coisas e, portanto, termina por receber uma identidade que se lhe torna “própria”. Esse próprio de que se fala não se refere a uma característica natural dos corpos inseridos na realidade, como atributo essencial que os diferenciam e definem, mas aponta para uma singularidade forjada no contato social, que perpassa os corpos na/pela linguagem e termina por determinar seu lugar no mundo.

Adensa-se a problemática quando entramos no campo dos gêneros, sobretudo no tratamento dado às categorias homem/mulher. O mal-estar se instala principalmente porque, segundo as correntes de teoria feminista, qualquer tentativa de eleger características distintas dessas categorias está impregnada da dominação masculina, que acaba por, numa escala hierarquizante, situar a imagem do feminino em posição de inferioridade e de impureza, ao invés de abolir as diferenças entre homens e mulheres.

Mas a noção negativa da imagem do feminino não é nova e está solidificada no seio de uma sociedade organizada “nos princípios de divisão da razão androcêntrica” (BOURDIEU, 2014, p. 30). Pitágoras, famoso matemático grego, traduz bem esse pensamento ao afirmar que “há um princípio bom que criou a ordem, a luz e o homem, e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher” (*apud* BEAUVOIR, 1980, p. 6). Cria-se, assim, um efeito naturalizado da divisão dos atributos sociais dos sexos cuja concepção perversa terminará por legitimar a superioridade masculina em detrimento de um estatuto feminino digno de atenção e estima.

Combatendo a concepção naturalizada dos sexos, a teoria *queer* propôs uma formulação, no mínimo, ousada: uma vez que a noção de gênero não conseguia eliminar as diferenças (ideológicas e práticas) entre os sexos, era preciso paulatinamente abandoná-la. Impulsionava essa proposta o combate à ideia da existência de uma “natureza feminina” ou mesmo de uma “psicologia feminina”, resultante de conceitos

criados por homens e aplicados às mulheres, que insistiam em mantê-las presas a uma condição de inferioridade (TOURAINÉ, 2007).

Simone de Beauvoir (1980) reconhece o dilema da condição da mulher na sociedade tal como esta se organiza. Sem passado, sem história, sem religião própria, que lhe restava senão os refugos de uma existência controlada pela vigilância dos homens? Enclausurada, domesticada para o lar, treinada para a maternidade, submetida à violência sexual, a mulher sequer pode constituir-se sujeito de sua história.

É a manutenção da ordem social que cumprirá, desde sempre, a função reguladora de manter cada coisa em seu “justo” lugar e de combater com veemência qualquer deslocamento do corpo no espaço para o qual não lhe fora reservado ocupar, visão de pureza e ordem denunciada por Bauman:

A pureza é uma visão das coisas colocadas em lugares *diferentes* dos que elas ocupariam se não fossem levadas a se mudar para outro, impulsionadas, arrastadas ou incitadas; e é a visão da *ordem* – isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro. Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que elas não preencheriam “naturalmente”, por sua livre vontade. O oposto da “pureza” – o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” – são coisas “fora do lugar”. (BAUMAN, 1998, p. 14, grifos do autor)

A mulher, nesta ordem de coisas, está sempre numa situação desvantajosa. As primeiras feministas se empenharam em contestar o domínio da razão androcêntrica e o lugar que ocupavam na hierarquia social. Propuseram-se uma beligerância que não revogasse o direito dos homens, mas que trouxesse as mulheres para um reconhecimento igualitário. E passaram a construir uma relação criativa consigo mesmas.

Considera-se assim que o renascimento das mulheres se dá nos entremeios de uma tomada de consciência enquanto indivíduo/sujeito capaz de pensar, decidir e agir. Esse processo de autopercepção, que se configura em ato político, não se dá de modo isolado, mas na relação com o outro. É a afirmação de uma identidade que se (re)inventa, (re)avaliando pré-conceitos cuja disseminação no senso comum está tão arraigada na vivência e no cotidiano das pessoas, que não se questiona mais sua veracidade (BAUMAN, 1998, p. 18).

Enquanto indivíduo/sujeito que se quer ser, a mulher luta contra a dominação que quer destruí-la; ela

[...] carrega consigo a ideia de direito à liberdade e à criação, de um direito natural que pertence a todos. E a afirmação deste direito significa que os indivíduos implicados sentem-se participantes das iniciativas que estimulam a sociedade a se transformar, criando nela desequilíbrios sempre maiores. Esta força atinge todas as formas de ação social. (TOURAINÉ, 2007, p. 35)

A participação e a abertura dos espaços públicos à atuação das mulheres são de fundamental importância para entender a emancipação feminina. Abandona-se paulatinamente a ideia de que os papéis estão limitados ao sexo, desconstruindo-se assim o legado maternal, matrimonial e doméstico a que estava presa à mulher. Os desequilíbrios de que fala Touraine (2007) são contrapontos necessários e inadiáveis para o reconhecimento da individualidade, cujo entendimento precede toda determinação natural de capacidades e potencialidades do indivíduo, que busca ser pleno em si mesmo, e não se esforçar somente para que a sociedade seja plena (DIAS, 2012, p. 72).

Superando esse sistema global de dominação masculina, forjado em tempos imemoriais, a mulher vai alargando suas fronteiras de poder e decisão, antes limitadas ao espaço do lar. Ela está presente agora no mundo do trabalho, da política, da literatura.

No que se refere à literatura, até o século XIX, pouco ou nada havia de produção feminina. Esse fato é reforçado pela restrição das mulheres em frequentar escolas e, conseqüentemente, de se alfabetizarem. Em número, até meados do século XX, as produções masculinas eram tão superiores, que se chegou à equivocada compreensão de ser a literatura um traço diferencial do ser homem e do ser mulher e não uma atividade humana (JACOMEL, 2008, p. 18). Isso interferia inclusive na noção de qualidade da produção literária, uma vez que “à mulher, por muito tempo, foi negado qualquer estímulo à escrita, qualquer oportunidade de publicar textos, de expor suas ideias sobre a marcha da sociedade e até mesmo produzir literatura” (JACOMEL, 2008, p. 18).

É nesse contexto que se inserem as escritoras afro-brasileiras, questionando e propondo revisões sobre o lugar que suas literaturas ocupam. Assenhoreando-se da pena, a mulher negra passa a pensar-se afirmativamente enquanto sujeito e a (re)construir-se a partir de uma compreensão de si, de sua condição interior. Ao escrever, não somente está fazendo literatura, no sentido estético, mas também desestabilizando todo um discurso hegemônico, cujo poder tenta, a todo custo, silenciar sua voz.

ESCREVIVÊNCIA³ E ALTERIDADE NA LITERATURA FEMININA NEGRA: REVISITANDO AS RELAÇÕES DE PODER

O mote da literatura feminina negra é ao mesmo tempo sua razão e polêmica. Dois motivos podem levar a essa conjectura inicial, conforme nos alerta Pereira (2007): a primeira é que a vertente aqui estudada está dentro de outra mais geral, que é a literatura afro-brasileira. Para os mais conservadores é desnecessário considerar como legítimo o *corpus* das escritas afro-brasileiras, uma vez que por si só a denominação Literatura Brasileira seria suficiente para abarcar em linhas gerais as produções nacionais. A segunda, potencialmente mais problemática e divergente é o entendimento de como tratar o sujeito autoral, os mecanismos utilizados por este para infiltrar-se, impor-se enquanto voz de enunciação do texto.

O surgimento da teoria pós-estruturalista da morte autoral, desenvolvida por Roland Barthes (1988) e Michel Foucault (2006), estimulará a interpretação de aniquilamento do autor, que deixa de existir na materialidade do texto. Esse suposto “suicídio”, segundo os teóricos, se dá porque ao inscrever-se no texto, o autor deixa de ser sujeito e, portanto, portador de um discurso de autoridade, sublevando-se enquanto indivíduo, destituído agora de uma singularidade, passando a assumir papel performático diante do que escreve. Ao “matar” o sujeito-autor, desautorizando-o como fonte privilegiada de onde se origina e se estabelece um discurso, o pós-estruturalismo lhe retira a primazia da produção de conhecimento e a restitui a uma outra categoria até então ignorada: o leitor.

Segundo Silva (2010), ao ser conferida importância ao leitor como atribuidor de sentidos do texto, cria-se uma tensão desejável, haja vista que é questionada a solidez do autor e a rigidez do significado, mobilizando outros conhecimentos e leituras na produção de novos significados para/no texto, mobilizando assim “vozes, sentidos e diversos jogos de referências”.

A aceitação da morte autoral, em certa medida, legitima o impasse apresentado no primeiro motivo desta seção sobre a existência de uma Literatura Afro-brasileira. O aniquilamento do sujeito/autor reforça a ideia de que variantes de raça,

³Termo criado por Conceição Evaristo (2005) que traduz um fazer literário e poético comprometido com a experiência do autor(a)/escritor(a) afro-brasileiro(a), ressaltando os processos de exclusão étnico-raciais que ainda sofrem.

etnia ou gênero são dispensáveis para a compreensão de uma expressão literária específica, como a afro-brasileira, consideradas categorias “incipientes e inadequadas para a arte literária” (SILVA, 2011, p. 93). Bastariam como critérios de diferenciação o fator nacionalidade e aspectos regionais. Contudo, ainda segundo Silva (2011), se esses critérios podem ser levados em consideração como definidores de uma literatura, outras adjetivações não menos complexas devem ser tratadas “como indicadoras de busca de alteridades, de afirmações e de construção de identidades e de diferenças” (SILVA, 2011, p. 93).

“Ressuscitar” o autor/sujeito do texto, dando a devida importância a sua história, ao lugar de onde se pronuncia e produz seu discurso, as suas reivindicações e denúncias sócio-políticas, forçosamente levaria ao reconhecimento da vertente da Literatura Afro-Brasileira. Conseqüentemente, uma revisão teria de ser feita no que se denomina Literatura Brasileira, dos seus primórdios à contemporaneidade, como a inclusão do nome de novos autores. Outro determinante, e que torna o reconhecimento um verdadeiro embuste, é que com a introdução de novos autores, os discursos desenvolvidos por estes, em sua esmagadora maioria questionadores, são desestabilizadores de um conhecimento que se pretende hegemônico e representativo da sociedade brasileira.

Ao ser questionada sobre a existência de uma Literatura Afro-brasileira e a importância de seu reconhecimento, Conceição Evaristo assim se expressa:

Para mim, a aceitação da existência da Literatura Afro-brasileira pressupõe reflexões tanto em torno da estética como da ideologia do texto. Eu não tenho nenhum temor, não sinto nenhum mal-estar em não só afirmar a existência de uma Literatura Afro-brasileira, como ainda me encaixar no grupo de autoras(es) que criam um texto afro-brasileiro. E diria até mais, os meus textos e de outras escritoras afirmam a existência de um texto feminino negro, ou afro-brasileiro, como queiram. Como? O meu texto se apresenta sob a perspectiva, sob o ponto de vista de uma mulher negra inserida na sociedade brasileira. É exatamente nessa afirmativa que coloco algumas indagações, pois tenho ouvido várias defesas em torno do ponto de vista, da perspectiva negra do texto, como se esse dado se realizasse sozinho, independente do autor. Ora, sei que esse ponto de vista pode ser procurado, tentado, ensaiado por mãos que não sejam necessariamente negras, como sei também que existem mãos negras desinteressadas e que se negam a produzir qualquer texto sobre essa perspectiva. [...] Minha reflexão gira em torno de uma indagação simples. Quem constrói, quem inventa, quem cria o ponto de vista do texto? Ora, se a Literatura Afro-brasileira, como tem se apresentado em algumas discussões, se atualiza, se identifica a partir do ponto de vista do texto, a partir da perspectiva da escrita que se realizaria sob a ótica de um olhar negro conferido à escritura, pergunto: o sujeito autoral da escrita é isento de qualquer participação nesse mesmo texto? O texto nasce de quem? O texto não é uma criação de um sujeito? Explicando melhor: para mim, a

autonomia do texto em relação ao seu autor é relativa, e muito. O ponto de vista que atravessa o texto e que o texto sustenta foi criado por alguém. [...] E nesse sentido, afirmo que quando escrevo, sou a Conceição Evaristo. [...] Afirmo que a minha condição étnica e de gênero, ainda acrescida de outras marcas identitárias, me permite uma experiência diferenciada do homem branco, da mulher branca e mesmo do homem negro, e que tudo isso influencia a minha escrita conduzindo o ponto de vista, a perspectiva, o olhar que habita em meu texto. Será que alguém escreve o texto do outro? Eu não me acredito capaz de criar no meu texto uma perspectiva, um modo de olhar indígena ou cigano, por mais que eu compactue, me comprometa com as lutas desses povos. Como eles, experimento uma história de exclusão, mas de outro lugar. Posso tentar e criar um arremedo talvez. (PEREIRA, 2007, p. 283-285)

Uma afirmação que a princípio parece ensaiada e que, em certa medida, sintetiza o que se tem desenvolvido de discussão nesse texto sobre a rede de relações de poder na literatura feminina afro-brasileira.

A recepção e o desafio de constituição de um *corpus* de literaturas de expressão afro-brasileiras perpassam não somente uma revisão do cânone, mas também o tratamento dispensado aos mecanismos (aspectos psicológicos, sociais, étnicos e históricos) de construção que tornam essa vertente singular no cenário literário. Embora seja perigoso e não recomendável limitar o conceito de literatura negra a fatores étnicos e temáticos (BERND *apud* PEREIRA, 2007, p. 186) que, num primeiro momento, serviriam como critérios para inclusão ou exclusão das obras analisadas, ao mesmo tempo não se pode ignorar que a escolha realizada por um sujeito crítico, conforme o uso de critérios supostamente científicos, não a exime da subjetividade presente em outros julgamentos de valor, segundo nos ensina Jacomel (2008, p. 113-114), analisando a formação do cânone. Portanto, a seleção e a inserção de obras dentro de um *corpus* literário não estão restritas a critérios puramente estéticos, mas também a fatores extraliterários pertencentes ao universo moral e social do escritor. “Por isso, as “listas” não agregam mulheres, negros, ex-colonizados, enfim, personalidades ex-centralizadas que não preenchem os critérios ideológicos estabelecidos pela crítica tradicional” (JACOMEL, 2008, p. 113-114).

Mas as relações de poder não acontecem desordenadamente. Elas encontram na língua seu espaço privilegiado, em que acontecem os intercâmbios sociais e culturais mais profundos. É na língua que o embate maior de ideologias acontece.

Observemos a questão da literatura afro-brasileira: nossas primeiras letras foram escritas por autores com formação europeia. E embora desde o Romantismo se tenha tentado firmar uma literatura que expresse o espírito nacional, ainda estamos

presos a resquícios de uma *tradição fraturada* (PEREIRA, 2007, p. 188). Esse processo de fragmentação é comum às culturas que em algum momento sofreram as influências da colonização. O esforço por superar as amarras ideológicas da velha colônia é que move escritores(as) no sentido de uma linguagem própria, que consiga dar conta de expressar as vontades, os anseios e o espírito da nação. É na língua que a formação de uma literatura nacional vai se delineando.

Reportando-nos à literatura afro-brasileira, de que língua, afinal, estamos falando? Ao analisar a situação da literatura africana, Freitas (2011) nos ensina que essa língua não é outra senão aquela em que o sujeito africano expressa sua cidadania e na qual tenta entender-se e entender o outro; e nesse movimento reflexivo, deslocar-se entre o eu e o outro.

Ao escrever, a mulher/escritora afro-brasileira está pensando seu papel social e (re)visitando os capítulos da história, desvelando assim as relações de poder ao criticar ou reafirmar valores socioculturais. Ignorar, portanto, a voz do sujeito/autor ao analisar uma obra, desconsiderando sua origem, suas ideologias, o lugar de onde produz seu discurso, certamente conduzirá a uma interpretação falaciosa, incorrendo na reprodução de preconceitos sexistas e étnico-raciais. E como afirma Evaristo, “a autonomia do texto em relação ao seu autor é relativa, e muito”.

Por muito tempo os estudos voltados a entender o papel social do(a) negro(a) e suas expressões culturais foram empreendidos por acadêmicos egressos da classe média brasileira, em sua maioria, homens brancos. Os olhares que concebiam o(a) negro(a) – nem sempre cuidadosos! – promoveram um discurso de diferenciação étnica ao associar características inatas aos sujeitos. Nesse sistema de atribuições de traços definidores de uma identidade, todos os descendentes de povos africanos ocupavam um lugar secundário. Os(As) afro-brasileiros(as) eram vistos(as) como uma raça inferior, incapazes de produzir conhecimento útil, de ocuparem espaços públicos ou de poder decisório. Serviam apenas como força bruta de trabalho, “peças produzidas” para o funcionamento da máquina mercantil, movimentando a economia nacional e produzindo riqueza.

Quando o(a) negro(a) adquire o direito de escolarizar-se e ascende a níveis maiores da educação, pode então finalmente questionar o/a discurso hegemônico, combatendo com veemência as interpretações equivocadas que o secundarizava, revisando e recriando os papéis sociais das comunidades afro-brasileiras. O(A) negro(a) passa a pensar-se a partir de suas próprias experiências e não mais a ser pensado/a pelo

outro somente. É o que expressa Evaristo ao afirmar que, embora haja tentativas de compreensão por mãos não negras em entender as vivências, as ações e os discursos produzidos por afro-descendentes, nenhuma delas pode ser comparada ou substituir *in limine* a experiência descrita pelo próprio sujeito, pois ao refletir sobre si, sobre sua atuação cotidiana, sobre sua produção intelectual, cada indivíduo cria um ponto de vista, uma perspectiva, um olhar singular, que não pode ser engendrada por mais ninguém, mesmo que seja sensível as suas causas.

Vigilantes, as mulheres/escritoras afro-descendentes assumem a vanguarda de suas produções e pensam as relações de poder ao produzir discursos desestabilizadores, questionando a forma de organização social e requerendo para si a abertura de espaços públicos que se mantêm resistentes à dinamização política de suas vozes. Estão constantemente atentas as mudanças do cenário social e flexíveis, mas nunca desprezando as suas origens, encontrando na preservação da memória de seu povo uma fonte de resistência milenar, como percebe Evaristo (2008) em *A noite não adormeça nos olhos das mulheres*:

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
há mais olhos que sono
onde lágrimas suspensas
virgulam o lapso
de nossas molhadas lembranças.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres
vaginas abertas
retêm e expulsam a vida
donde Ainás, Nzingas,
Ngambelas e outras meninas luas
afastam delas e de nós
os nossos cálices de lágrimas.

A noite não adormecerá
jamais nos olhos das fêmeas
pois do nosso sangue-mulher
do nosso líquido lembradiço
em cada gota que jorra
um fio invisível e tônico
pacientemente cose a rede de
nossa milenar resistência.
(EVARISTO, 2008, p. 42-43)

Assim, ao escrever literatura e pensar sobre sua escrita, a mulher/escritora afro-brasileira além de criar textos cria também um discurso desestabilizador contra o poder hegemônico, questionando as representações, as concepções e os posicionamentos de uma ideologia elitista e masculina do que é ser mulher e ser negra na sociedade brasileira. Encontra na elaboração da escrita poética e literária sua força motriz de denúncia, crítica e renúncia aos estereótipos que por longo tempo serviram para apoiar um raciocínio equivocado, sexista e racista contra os/as descendentes de africanos/as. Valendo-se do imaginário, da preservação e disseminação da memória coletiva, constrói-se enquanto sujeito/indivíduo capaz de pensar, decidir e agir a cada novo estímulo, mas nunca perdendo o sentido maior de humanidade.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudio Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 1. ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.
- DIAS, Alfrancio Ferreira. **Identidade e relações de gênero sobre múltiplos olhares**. São Paulo: Baraúna, 2012.
- EVARISTO, Conceição. A noite não adormece nos olhos das mulheres. In: Quilombhoje. **Cadernos Negros: os melhores poemas**. São Paulo: Quilombhoje, 2008.
- _____. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>. Acesso em 20 de junho de 2013.
- FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Manoel Barros da Motta (Org.) Inês Austran Dourado Barbosa (Trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos& Escritos, v. 3).
- FREITAS, Zilda de Oliveira. Literatura Africana e leitores afro-descendentes: nossa identidade ignorada. In: **Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**, 11,

2011, Bahia. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307355866_ARQUIVO_TEXTOZildaFreitasCong.UFBA.pdf.

Acesso em 20 de junho de 2013.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque. Relações de poder e a literatura brasileira.

Revista Grifos, São Paulo, n. 25, p. 109-121, dez. 2008. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/viewFile/658/421>. Acesso em 10 de julho de 2103.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola**: questões sobre culturas afrodescendentes e educação. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção educação em foco. Série educação, história e cultura).

SILVA, Ana Rita Santiago da. Da literatura negra à literatura afro-feminina. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 18, p. 91-102, dez. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50743>. Acesso em 20 de junho de 2013.

_____. Literatura de autoria feminina negra: (des)silenciamentos e ressignificações.

Fólio – Revista de Letras, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 20-37, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/view/38>. Acesso em 20 de junho de 2013.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.